

CHEFIA FEMININA DE FAMÍLIA E PRODUÇÃO DA VIDA EM CAMPO GRANDE-MS NO FINAL DO SÉCULO XX.



Dra. Dolores Pereira Ribeiro Coutinho
 Universidade Católica Dom Bosco
doloresribeiro@uol.com.br

Resumo: A Família vivencia transformações na constituição e forma como viabiliza a reprodução social. Dentre as novas formas existentes, uma se caracteriza pela presença da mulher e sua prole, famílias que, ao produzirem vida, reproduzem subjetividades. A realidade comprova que se expande a existência de um sujeito social portador de características específicas, o qual se inscreve na histórica ordem patriarcal de gênero. Os fundamentos teóricos de BERTAUX e SAFFIOTI desvendam como ocorre a reprodução do grupo familiar chefiado por mulher e permitem constatar que nas famílias de trabalhadores universitários de

Campo Grande –MS, as mulheres conseguem fazer, no final do século XX, a reprodução social dentro da classe. Produção da vida material e social, isto é, a produção antroponômica.

Palavras-Chave: Família. Gênero. Patriarcado. Reprodução social.

Abstract: The Family experiences changes in the constitution and how enables social reproduction. Among the new forms existing one is characterized by the presence of women and their offspring, families to produce life, reproduce subjectivities. The reality proves that expands the existence of a social subject suffering from specific features, which falls within the historical patriarchal gender order. The theoretical foundations of BERTAUX and SAFFIOTI reveal how does the reproduction of the family group headed by women and it appears that the families of university employees in Campo Grande-MS women can do, at the end of the twentieth century, social reproduction within the class. Production of material life and social, that is, production anthroponomic.

Keywords: Family. Gender. Patriarchal Order. Social Reproduction.

Durante pesquisa para doutoramento, nos inquietamos com a constatação da existência de um número significativo de famílias chefiadas por mulheres no Estado brasileiro de Mato Grosso do Sul, em especial na capital cidade de Campo Grande, e acreditamos que isso represente contribuição aos tipos em expansão na vida social o conhecimento de aspectos do modo de vida dessas famílias.

Campo Grande possui uma população composta de migrantes, em sua maioria. Segundo o IBGE, quase 60% da população do Município era, na década de 1980, composta de imigrantes. Pessoas que, desde as primeiras décadas do século XX, chegaram à região com o propósito de construir melhores oportunidades de vida.¹ Centro de comércio e circulação de produtos, a cidade viveu uma intensa urbanização nos últimos anos e, com ela, uma transformação na estrutura demográfica, na produção econômica e na reprodução da vida material e social.

Desde a Segunda Guerra Mundial, a família sofreu transformações em sua configuração, na Europa e no restante do mundo. São múltiplas as variações do modelo nuclear, com suas respectivas formas de viver e organizar o tempo. Não é uma realidade social que permeia apenas o Brasil, mas uma problemática sociocultural, que abrange as sociedades contemporâneas. Assim, dividem-se os teóricos entre os que alegam que a família se desintegrou com a influência da urbanização e da industrialização, e os que estão preocupados em mostrar que existem diferentes tipos de famílias.²

Partindo da perspectiva, de que as modificações não são sinais de desintegração ou crise, temos a contradição remetida para outro patamar, com a permanência nos domínios do feminino/doméstico, da intimidade calcada no poder sobre os filhos. O poder sobre o grupo familiar solidificou-se inicialmente entre as mulheres dos setores médios da população europeia a partir do século XVIII. Elas aceitaram a incumbência da educação e cuidado dos filhos, por constituir tal fato na melhoria da posição social feminina pela ampliação do poder sobre os seres humanos que eram os filhos. Dessa forma, ancorados nas reflexões de BADINTER (1985) sobre a construção social do amor materno, entendemos que ele pode se perpetuar por mais de uma geração, quando a mulher assume a chefia da família, sem a

¹ O sociólogo Paulo CABRAL realizou uma reflexão sobre o fluxo migratório para a região que consta de obra comemorativa ao centenário de fundação da Cidade de Campo Grande.

² A pesquisa social, elaborada e desenvolvida pela “Escola de Frankfurt”, preocupou-se em refletir os diversos campos da existência humana para analisar a totalidade social. ADORNO e HORKHEIMER (1981) não economicizaram as relações entre os homens e as classes, ao trazerem para discussão a atribuição da família de internalizar, desde a infância, a submissão. Para eles, a crise da família moderna é de natureza social, não apenas uma demonstração de decadência da autoridade familiar, calcada na hereditariedade da propriedade, que vê diminuir sua eficiência, por causa do fato de a família, em especial o chefe homem, não mais poder garantir, de modo seguro, a vida material de seus membros.

presença de um companheiro ou marido.

Além da chamada reestruturação econômica, vivenciada a partir dos anos 1980, existe outra que, provisoriamente, chamamos de reestruturação familiar, nascida da diversificação da produção que promoveu um desejo de consumo em níveis mais elevados. O avanço tecnológico e das comunicações imprime velocidade às informações e acentua o impacto destas sobre a reprodução da vida. Não se pode mais admitir, como única forma de existência, um modelo familiar tradicional, no qual o trabalho remunerado constitui responsabilidade do homem e, se executado pela mulher, assume o caráter de auxiliar, cujo salário contribui para o orçamento doméstico.

A reestruturação familiar é mais do que o resultado do ingresso da mulher no mercado de trabalho. Ela inscreve-se num conjunto de transformações dos papéis sociais que atingem a histórica relação de dependência econômica e cultural. A mulher recebe novas atribuições e passa a executar pagamentos, a providenciar a prestação de serviços e a tomar decisões relativas ao projeto de vida familiar.

A metamorfose nas formas de regulação da sociedade, pela introdução de novos mecanismos de vigilância social, construídos ideologicamente, acentua a exploração-dominância e fomenta a destruição das formas coletivas de existência. Tais modificações são concomitantes à metamorfose que se faz em instituições sociais e nos membros dos grupos com base em seu pertencimento familiar, de vizinhança e de trabalho. A metamorfose que entendemos como reestruturação social é um conjunto de transformações nas diferentes atividades cotidianas, alterações que se inscrevem na reestruturação do capitalismo com a valorização da individualidade e desarticulação da coletividade.

No âmago de tantas mudanças, os diferentes arranjos familiares não comportam mais, como modelo único, a família nuclear, sobretudo no que tange ao uso do espaço físico ou à definição da parentela. Família é definida por nós como forma social de convivência, constituindo-se e transformando-se enquanto *locus* da produção e da reprodução da vida, com tudo que isto implica: valores, crenças, mitos, ampliação ou restrição da cidadania, para mencionar apenas alguns fenômenos sociais.

As famílias chefiadas por mulheres

A família está vivenciando transformações nas formas como se constitui e nas maneiras como viabiliza a reprodução social. A chefia de família é uma condição na qual o sujeito social é portador de características específicas. A não-existência de definição unívoca para designar o que é ser chefe de família se inscreve na caracterização de domicílio como

unidade de moradia, permitindo não apenas a coabitação de mais de uma família, mas também a existência de mais de um chefe.

A chefia familiar pode ultrapassar os limites da convivência entre pais e filhos, atingindo o restante da parentela. Institutos de pesquisa, como é o caso do IBGE, consideram chefe de família aquele que é indicado pelos membros do grupo. Essa ausência de precisão revela que a chefia familiar, assim como outros elementos presentes em nossa sociedade, depende diretamente das representações construídas pelos seres humanos.

Dentre as novas formas de organização familiar, expande-se uma que se caracteriza pela presença da mulher e sua prole, família que é proveniente da cisão ou ausência do laço conjugal, ou seja, famílias chefiadas por mulheres sem a presença masculina. Tais famílias, ao produzirem vida, reproduzem subjetividades específicas, imagens contraditórias de privacidade e de publicidade; de opressão e de liberdade; de egoísmo e de solidariedade, que são diferentes das que se edificam em outras formas familiares de existência. Podemos exemplificar tais subjetividades com as representações que as mulheres possuem sobre falta da figura masculina no grupo familiar.

Ao invés de embaçar o foco de análise, a imprecisão torna-o mais rico, na medida em que componentes históricos e sociais precisam ser considerados. As causas que promovem a expansão da chefia feminina de família variam muito nas diferentes sociedades e no transcurso do tempo. Como exemplo, podemos citar um passado, no qual eram mais frequentes as epidemias, guerras e carestia; e um presente, com êxodo rural, separações e mudanças no comportamento sexual. Os acontecimentos e a maneira como os fatos são vividos pelos sujeitos podem interferir na solidificação de vínculos entre mães e filhos. Portanto, a chefia feminina, como manifestação real, comporta, também, conteúdos subjetivos que aproximam a mãe dos filhos pela prolongação da maternagem até a vida adulta.

Chefe de família é a condição de responsável pela manutenção da unidade doméstica e pela educação da prole, atribuições que podem estar combinadas ou não. Nas famílias em que a chefia é compartilhada, estão presentes o pai e a mãe. O homem pode, além de prover, participar da educação da prole pela imposição de limites e incentivo de determinadas atitudes, pois interditos e proibições integram o processo educativo. Para fazê-lo, sem a presença masculina, a mulher necessita estar atrelada a atividades produtivas, formais ou não, que representam diferentes modos de inserção no mercado de trabalho.

A detecção das famílias chefiadas por mulheres, feita por CUNHA (1999), levou em conta a classificação elaborada por CARVALHO (1998) e estabeleceu a chefia feminina por uma das situações abaixo:

1. Ausência física do homem com presença da mulher sem a responsabilidade na manutenção do domicílio;
2. Presença do homem, com a manutenção econômica do domicílio a cargo da mulher;
3. A ausência masculina, com responsabilidade de manutenção do domicílio atribuída à mulher.

A caracterização da chefia feminina que fazemos articula situações de fato e de direito, não se identificando com um único tipo dentre os anteriormente descritos. As chefes de família são mulheres solteiras, separadas/divorciadas ou viúvas, que criam seus filhos e, muitas vezes, seus netos, sem a presença física e econômica do parceiro homem. Nesta investigação, a chefe mulher mantém economicamente o domicílio, nem sempre recebendo contribuição financeira de parentes ou pensão de ex-marido, e toma para si a responsabilidade da socialização dos filhos.

A família chefiada por mulher, à semelhança de outras existentes na sociedade, edifica mitos que correspondem a uma tentativa do ser humano de se reproduzir, mantendo a solidez dos vínculos que são fonte de segurança e estabilidade do ser humano. A mãe, como referência de maturidade e equilíbrio, ou como repositório de erros, marca a personalidade dos filhos.

Em alguns casos, a chefia feminina estende-se por uma segunda geração, com o nascimento de netos. BARROS (1987), ao estudar a relação de avós, filhas e netos, caracterizou o nascimento de uma criança como edificação de um triângulo relacional capaz de fortalecer os laços familiares, independentemente da existência, ou não, da figura paterna. Acrescentamos a essa afirmação que o fato de a mãe chefe de família tornar-se avó não representa, necessariamente, assunção de responsabilidade, mas aumento e perpetuação da história do grupo familiar estável que, nem sempre constituído pela consanguinidade, se estenderá por mais uma geração.

Quando filhas de mulheres chefes de famílias se tornam mães, configura-se uma dupla condição: em primeiro lugar, prolonga-se a situação de filhas dependentes, pois adolescentes ou jovens adultas sem companheiro têm dificuldades para criar um filho sem o auxílio que se materializa na figura da mãe-avó. Em segundo lugar, o nascimento da terceira geração representa, às vezes, um impedimento, um empecilho afetivo para a ruptura da convivência entre aquela que é mãe chefe de família com sua filha.

A existência de famílias chefiadas por mulheres comprova que não há família, mas famílias. Por conseguinte, termos utilizados para caracterizar essas formas de organização,

como família incompleta, despedaçada ou fragmentada, precisam ser repensados, pois eles são portadores de preconceitos homogeneizadores. Maior reflexão ainda merece o ‘conceito’ de família desestruturada. O uso desses termos acaba se configurando como estereótipos que rotulam negativamente, ou seja, estigmatizam arranjos familiares cujo comportamento é considerado patológico, uma vez que divergem do modelo predominante de família em determinada sociedade.

Procuramos manter distância do enfoque estrutural-funcionalista, o qual atribui à instituição Família funções que pouco se alteraram no decorrer do tempo, como a socialização inicial dos filhos, o controle da sexualidade e uma função econômica, todas consideradas no mesmo patamar, sem nenhuma hierarquia. Basta verificar a abordagem de MITCHELL (1966), que analisa quatro subestruturas, a fim de mostrar a importância de cada uma delas. Tratam-se de subestruturas em que operam mulheres, o que é mais do que suficiente para ter-se um outro conceito de família. Desta forma, compreendemos que é possível avançar no estudo do tema pela adoção de uma abordagem que permite a percepção das transformações sociais por meio do entendimento da instituição Família na sociedade brasileira, em especial, pelo fato de ser ela um importante componente do processo de produção e reprodução da vida.

No tocante à produção e reprodução da vida, temos que mencionar a reflexão de SAFFIOTI (1976), na qual a atividade trabalho é mediadora entre as necessidades de consumo do trabalhador, os processos de distribuição e troca. A produção da vida e a produção dos meios necessários à subsistência e às necessidades da sobrevivência humana, além de não se restringirem à sobrevivência física, variam de acordo com o momento histórico vivido, assim como o tipo de inserção dos *socii* em sua sociedade. Desta forma, produzir novamente as condições de existência, ou seja, reprodução, é uma dimensão da produção da vida.

A Família é mais do que um mero grupo de reprodução biológica. Pertencendo a esse grupo e muitas vezes confundindo-se erroneamente com ele, está a mulher, que tem assumido novos papéis sociais por uma redefinição na divisão sexual do trabalho na sociedade brasileira. As pessoas estão vivendo nova realidade de convívio familiar, a qual carece de identificação, caracterização e compreensão em sua totalidade.

A chefia familiar feminina é uma forma de organização que se verifica no interior de uma estrutura social constituída não apenas por mãe e filhos, mas por um conjunto de pessoas que pode incluir outros consanguíneos e agregados. Considerando-se que a proporção de famílias chefiadas era de 25%, no país como um todo e, ampliou-se de forma significativa na

década de 1990 (em Campo Grande saltou de 18,4% em 1991, para 27,4 % em 2000), pode-se sim, sem medo de errar, afirmar que o núcleo mais sólido da organização familiar é constituído por mãe e filhos.

No desenvolvimento da pesquisa recorreu-se a procedimentos que permitiram o conhecimento e a interpretação da realidade e das representações³ que as mulheres chefes de família elaboram acerca de si próprias e das relações familiares que vivenciam. A dinâmica das relações afetivas e familiares contém permanências e transformações da estrutura social global, estáveis ou inéditas, incorporadas ao grupo doméstico. O inverso também ocorre, ou seja, inovações nas relações e estruturação das famílias repercutem na estrutura global, mesmo porque não existem fenômenos sociais de mão única; são sempre bilaterais, na medida em que são relacionadas.

Assim sendo, a vida em comunidade revela condutas ritualísticas e simbólicas que perpassam a maneira como se constrói a relação entre o indivíduo e a sociedade e entre os *socii*. Focar essa relação requer o conhecimento do processo de formação e transformação das representações sociais, que, segundo JOVCHELOVITCH, é mais do que uma somatória de representações individuais. Para a autora, a análise das representações deve se concentrar nos processos de comunicação de que os atores lançam mão para realizar o enfrentamento do mundo. Produto de mediações sociais, elas “[...] emergem desse modo como processo que ao mesmo tempo desafia e reproduz, repete e supera, que é formado, mas que também forma a vida social de uma comunidade” (JOVCHELOVITCH, 1999, p.81).

A produção e reprodução da vida social nas famílias chefiadas por mulheres foi objeto do estudo realizado na cidade de Campo Grande, capital do Estado de Mato Grosso do Sul. Dentro do processo de expansão urbana pelo qual passou a cidade após a divisão do antigo Estado de Mato Grosso (1979), está a implantação da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, em 1993, oriunda da fusão de faculdades criadas pelos missionários salesianos desde a década de 1960.

Convém esclarecer que a Universidade Católica Dom Bosco é uma instituição de ensino que, na vivência religiosa, prega os valores católicos de indissolubilidade do casamento e castidade fora dele; assim sendo, um recorte sobre valores está presente nesta reflexão para permitir a confrontação entre os princípios religiosos e a realidade vivida pelos

³ Sobre as representações sociais, MINAYO (1999) escreveu que elas são categorias de pensamento que expressam, justificam, explicam ou questionam a realidade. O conhecimento das representações revela as condições de existência ao exprimir o pensamento dos sujeitos em condições históricas determinadas. Não se pode esquecer que as representações são construídas num ambiente em que os fenômenos são invertidos para permitir à burguesia a realização dos projetos de dominação-exploração.

sujeitos.

A delimitação temporal, para o resgate de conteúdos presentes na memória, compreende as duas últimas décadas do século XX, período em que se registrou, na vida dos sujeitos da pesquisa, a ocorrência da chefia feminina de família como resultado da fragmentação do laço conjugal por separação ou viuvez; ou pelo nascimento de filhos fora do casamento, no caso das mulheres que não se casaram.

Uma abordagem qualitativa do objeto de investigação contraria interpretações que pululam na literatura e na imprensa, rotulando como crise e declínio da instituição familiar as transformações na composição das famílias. Fazendo uso das orientações de FEYRABEND (1989, p.114), a interpretação dos dados coletados procurou fugir do que é claramente observável para, assim, podermos captar atitudes, motivações, valores e experiências concretas realizadas pelos sujeitos sociais. É possível, assim, focarmos nossas lentes sobre a estabilidade do núcleo familiar formado pela mulher e prole, quer esse núcleo se apresente ampliado ou não pela presença de agregados domésticos. A chefia feminina de família não se solidifica enquanto realidade apenas pelo fato de as mulheres se separarem ou assumirem filhos fora do casamento. Além desse, outros fatores, como os demográficos, a expectativa de vida maior, cerca de 7,8 anos, para as mulheres e a escolha de parceiros para o casamento entre homens mais velhos, produzem um destino de viuvez.

A busca da interpretação fez-se para propiciar o entendimento pela apreensão dos mecanismos de mudanças de valores e alterações na organização das estruturas sociais. Uma abordagem mais bem sucedida é aquela que não se restringe, exclusivamente, à análise estatística dos dados, mas que os utiliza como pano de fundo da interpretação do conteúdo presente em entrevistas semi-estruturadas, nas quais depoentes tiveram a liberdade para dissertar sobre sua experiência pessoal. Sua aplicação foi direcionada ao resgate da trajetória cronológica no contexto vivencial.

Considerando-se dados estatísticos fornecidos pelo IBGE, em setembro de 1999, Campo Grande tinha uma população estimada de 649.593 habitantes. Levando-se em conta o tamanho do centro urbano, o número de habitantes e o conhecimento da pesquisadora sobre o cotidiano da cidade e atividades econômicas da região, optou-se por delimitar a amostra ao universo de mulheres que trabalhavam na Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, conceituada instituição de ensino da cidade de Campo Grande e do Estado de Mato Grosso do Sul.

A escolha intencional dos elementos da amostra não permitiu, por conseguinte, generalizar os resultados para a toda população de Campo Grande. Cabe chamar a atenção

para o fato de que, em pesquisa qualitativa, a generalização dos resultados não se insere no horizonte do investigador. A classificação para a composição da amostra fez-se com a utilização dos dados fornecidos pelo Departamento de Recursos Humanos e Centro de Processamento de Dados da UCDB, que possuem cadastro dos empregados da instituição, cujos dados são desagregados por sexo, estado civil, renda e existência de filhos.

Partindo do cadastro, que totalizava 155 funcionárias não-casadas, no mês de abril de 2000, as entrevistadas foram divididas em três grupos, escolhendo-se a categoria rendimento do trabalho assalariado para a estratificação da amostra intencional, tomando-se por base o salário mínimo de R\$ 151,00:

Grupo 1: Baixa renda, até três salários mínimos SM;

Grupo 2: Média renda, acima de três e abaixo de dez SM;

Grupo 3: Alta renda, acima de dez SM.

O levantamento sobre o número de empregadas com filhos, em cada um dos grupos de rendimento, só compreende funcionárias que possuem filhos menores, com até quatorze anos que, por exigência legal, são arrolados na ficha funcional das mães, independentemente do estado civil que elas apresentem. Dessa forma, foram contabilizadas 80 empregadas com filhos, distribuídas nos três diferentes grupos de renda acima caracterizados:

Grupo 1: 32 mulheres (40%)

Grupo 2: 25 mulheres (31,3%)

Grupo 3: 23 mulheres (28,7%)

A instituição não possui informações que nos permitam a totalização do número de funcionárias com filhos em qualquer idade, nem tem informações sobre separações e casamentos não legalizados. Assim, ampliamos uma amostra de oito (10% das mulheres com filhos até quatorze anos) para dez sujeitos de pesquisa e aplicamos os percentuais acima relacionados, que definem os três grupos de rendimento das funcionárias da UCDB, na seleção das mulheres chefes de famílias que seriam entrevistadas. Entendemos que esse total nos forneceria dados suficientes para comprovarmos a estabilidade do grupo familiar formado por mãe e prole, pela potencial diversidade entre as experiências vividas por mulheres que possuem diferentes quantitativos de renda e escolaridade.

Divididas por grupos de rendimento auferido pelo trabalho na Universidade Católica Dom Bosco, selecionamos quatro entrevistadas para o grupo 1; três para o grupo 2 e três para o grupo 3. A seleção foi feita pela disponibilização do sujeito escolhido após uma consulta aos chefes de vários setores administrativos da instituição, foram entrevistadas mulheres que não possuem contatos estreitos com a pesquisadora. A realização das entrevistas

no Campus da UCDB foi proposital para caracterizar a condição de trabalhadora universitária das entrevistadas.

Os sujeitos da pesquisa, ao falarem de sua vida familiar, fornecem informações que são filtradas por componentes emocionais e transmitidas pela capacidade de verbalização. Por essa razão, é necessário interpretar os dados subjetivos que estão relacionados à trajetória de vida percorrida. A subjetividade, presente nas falas é denunciada pelas palavras escolhidas pelo informante ou por sua entonação de voz. Gestos também são reveladores, o que se procurou registrar. Por exemplo, nenhuma das entrevistadas demonstrou impaciência ao responder as perguntas.

Encontrar e reencontrar personagens é um árduo trabalho dos pesquisadores sociais. Alguns acharam excluídos; outros os chamaram de pessoas extraordinárias. Encontramos chefes de famílias, que não nos foram dadas pelo acaso, mas foram encontradas por terem sido procuradas pela pesquisadora dentre quase uma centena de trabalhadoras, com filhos, da Universidade Católica Dom Bosco. O desafio maior foi o reconhecimento de que nas trajetórias dessas mulheres existem semelhanças e diferenças. Aprender a reconhecê-las sem preconceitos exigiu um diálogo com a documentação, o qual nos fez retornar várias vezes para as transcrições e gravações.

As mulheres chefes de famílias possuem diferentes origens familiares, bem como, experiências de vida material e afetiva. Elas têm em comum alguns componentes de projeto de futuro, e sentimentos mesclados de culpa de cumprimento de dever. Algumas foram mais receosas: fizeram alterações no conteúdo do texto transcrito para relativizar informações e preservar o anonimato. Uma delas chegou a propor sua caracterização com significativa diferença de idade e fez um pedido para que não revelássemos sua profissão. Outra ficou inquieta com o que dissera do ex-marido, dizendo posteriormente que ele não era tão mau como ela o havia descrito.

Duas de menor escolaridade formal apresentaram preocupação com a verbalização, na medida em que não queriam parecer incultas. Uma chegou a se dizer envergonhada com a forma como falava, e manifestou preocupação sobre o que pensaríamos dela.

A idade dos filhos, no momento em que se implantou a chefia feminina na família, revela que a mudança na condição familiar, aconteceu, na maioria dos casos, com filhos menores.

Quadro 11: Idade dos filhos no momento da dissolução do laço conjugal das chefes de família que foram casadas ou coabitaram com os pais de seus filhos

Total de filhos	Menores de 18 anos	Maiores de 18 anos
16	12	04

Fonte: Entrevistas de RIBEIRO, 2000-2001

Apenas uma das entrevistadas assumiu a chefia da família quando os dois filhos já haviam atingido a maioridade; oito tinham filhos em idade escolar; e uma só descobriu que estava grávida, dois meses após se separar do namorado, o que trouxe responsabilidades novas para uma adolescente que vivia na casa dos pais.

Embora sem dados referentes a todas as funcionárias da Universidade, podemos levantar a hipótese de que há uma tendência de prole reduzida, como opção, que levou em consideração a condição de chefia feminina e as dificuldades de encaminhar projeto de reprodução na classe com prole numerosa.

Nas entrevistas, identificamos que o nível de escolaridade não corresponde diretamente aos salários mais altos. No caso das mulheres chefes de famílias que trabalham em funções administrativas, a reversibilidade da conversão do diploma em salário não é garantida, pois a empresa não considera, para efeito de promoção na carreira, a totalidade dos diplomas de seus funcionários.

Quadro 2: Distribuição das chefes de família que trabalham na UCDB segundo o seu nível de escolaridade e faixa de rendimento.

Grupos de Renda	Com diploma de curso superior	Sem diploma de curso superior
Grupo 1	01	03
Grupo 2	03	—
Grupo 3	03	—

Fonte: Entrevistas de RIBEIRO, 2000-2001

Tal fato cria uma situação contraditória, porquanto, por um lado, a instituição favorece e estimula a escolarização ao proporcionar facilidades como remanejamento de horário de trabalho e fornecimento bolsas de estudo aos seus empregados que, por sua vez, possuem o desejo de atuar nas carreiras que escolheram. Por outro, a não absorção desse diplomado em atividades profissionais ligadas a sua formação gera expectativa e ansiedade

muito grandes. A exceção que existe está na incorporação imediata dos títulos obtidos por mulheres que são docentes.

É interessante ressaltar que a Universidade, mesmo tendo conhecimento dessa situação, continua favorecendo a escolarização por entender que isso contempla, em parte, a função social que ela precisa preencher, e o faz ao mesmo tempo em que garante a condição de entidade filantrópica. Exceto para as capacitações docentes, não existem cláusulas nos contratos de trabalho que obriguem a permanência no emprego das funcionárias beneficiadas por auxílios de educação/capacitação.

Independentemente do grupo de renda, outra característica que não permite uniformizar as chefes de família é a idade com que assumiram essa condição. A faixa etária contribuiu na forma como reorganizaram suas famílias e garantiram a sobrevivência material do grupo.

Quadro 3: Chefes de famílias por grupo de rendimentos e idade da mulher no momento da assunção da chefia familiar

Idade/rendimento	Entre 15 e 30 anos	Entre 30 e 45 anos	Mais de 45 anos
Grupo 1	02	02	—
Grupo 2	01	02	—
Grupo 3	01	—	02

Fonte: Entrevistas de RIBEIRO, 2000-2001.

A produção e reprodução da vida ocorrem, simultaneamente, nos espaços público e privado, nos vários espaços do cotidiano. Elaborando estratégias de sobrevivência, educando filhos, vivendo a sexualidade e a religiosidade, as depoentes apresentam uma diversidade que resulta, não apenas das experiências vividas, mas também da recolocação das subjetividades como conteúdo para novas possibilidades de ação.

Família produtora de vida

A produção da vida, que é executada pelas famílias, se faz em diferentes espaços do cotidiano, entre eles a moradia, as redondezas da casa e o espaço publicizado.

A experiência de vida familiar se concretiza com decisões coletivas e com o desenvolvimento de estratégias para garantir a sobrevivência ao lado da construção de um projeto de vida. Neste sentido, é que uma abordagem na perspectiva produção/consumo

coloca a família enquanto *locus* da produção antroponômica, que é também reprodução na classe, abaixo ou acima.

O conceito de antroponomia foi cunhado por Daniel BERTAUX (1979), para fundamentar estudos sobre a distribuição social dos seres humanos, olhando o avesso do esquema de produção *lato sensu*, explicitado e analisado por MARX, na Introdução de 1857 à contribuição à crítica da economia política. A terminologia corresponde ao princípio teórico que rompe com as explicações mais tradicionais da teoria da mobilidade social,⁴ na qual as oportunidades de mudança e manutenção de posição social seriam possíveis.

Cabe lembrar que não se pode admitir uma transposição mecânica dos achados de BERTAUX (1979) para o Brasil, na medida em que a sociedade francesa é extremamente estratificada, enquanto a brasileira permitiu, durante muitas décadas, enorme mobilidade vertical ascendente. A partir da década de 1990, entretanto, o país começou a apresentar taxas crescentemente elevadas de desemprego, inclusive de longa duração, fenômeno que está produzindo a mobilidade vertical descendente. A continuar nesse ritmo, haverá um momento em que a fixidez de classe demonstrada por BERTAUX (1979) para o caso francês manifestar-se-á aqui.

A utilização do conceito de antroponomia caracteriza uma forma de abordagem que substitui o conceito de mobilidade social pelo de distribuição dos seres humanos em lugares sociais definidos pela estrutura de classe. É uma abordagem sociológica, que considera a existência de lugares sociais coletivos e não apenas postos de trabalho individualizados, presentes no espaço da produção.

Dentre os coletivos de existência humana, a família possui importância significativa para a realização da distribuição social dos seres humanos, distribuição essa que se faz intra e inter-geracionalmente. A família marca diferentemente seus integrantes e transmite-lhes a posição social, ao mesmo tempo em que pode possibilitar um reposicionamento do grupo dentro da própria classe. A transmissão se faz pela transferência de componentes herdados, os quais diferenciam as várias posições que as diferentes famílias ocupam dentro da classe.

Não apenas de produção é que vive o homem. Por essa razão, o conceito de antroponomia é utilizado no sentido marxiano, ou seja, de produção e consumo de seres humanos. Produção e reprodução do humano que se faz na classe social, e para além dela, nos variados lugares ou posições que esses indivíduos ocupam como integrantes de famílias

⁴ O termo em sua origem é aplicado para uma reflexão sobre a sociedade francesa, que é mais rígida e menos aberta à mobilidade social vertical ascendente do que a sociedade brasileira, que antecedeu o programa de estabilização econômica implementada por Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994.

dentro dessa mesma classe. Essa abordagem permite enxergar os homens como consumidores que são, ao mesmo tempo, consumidos em suas energias pelo trabalho que executam. As energias físicas e psíquicas são recompostas pelo descanso e alimentação, por um processo diário de reprodução da energia humana e, conseqüentemente, de força de trabalho.

A energia humana é, para BERTAUX, produzida

[...] em quantidade e em qualidade, ao mesmo tempo como fonte pura ('bruta') e como modos específicos de concretização: as energias 'qualificadas' do artesão, do trabalhador profissional, da enfermeira, do artista, da mãe de família, e também do banqueiro, do político, do jornalista. É a produção dos próprios seres humanos, não enquanto seres biológicos, mas enquanto seres sociais. A reprodução 'biológica' está subordinada à produção social; o social utiliza o biológico, como o econômico utiliza a técnica; mas lhe dá sua forma exterior e, podemos mesmo dizer, seu conteúdo (BERTAUX, 1979, p. 56).

A produção social dos seres humanos ocorre dentro da classe. As classes, que são definidas pela relação de exploração, comportam estratos internos, instituídos pelas diferenças de renda, qualificação profissional e escolarização. Os lugares ocupados pelos homens são chamados de 'posições sociais', ou seja, formas de posicionamento e localização dos indivíduos dentro da classe social.

A produção de indivíduos sociais não se faz sem a distribuição dos mesmos em lugares sociais que, por sua vez, não se determinam, exclusivamente, pela origem familiar, mas são influenciadas por ela e pelas experiências vivenciadas nesse meio. Assim sendo, a família é um grupo no qual se produzem energias físicas mentais consumidas no trabalho e local de produção de seres humanos.

Como já vimos que não existe um modelo único de vida familiar, o consumo e a produção da vida social também se faz de maneira diferenciada. Não se podem produzir filhos e reproduzir energias consumidas no trabalho senão na realidade social que, em nosso caso, é de classe. As famílias de classe transmitem herança aos seus filhos, futuros formadores de novas famílias. Não é apenas o patrimônio material; a transmissão se faz, também, da produção cultural.⁵

Durante o processo de produção material e cultural é que se solidificam os vínculos sociais, os quais conferem estabilidade ao núcleo familiar. A solidificação desses laços independe das diferenças que esses tipos familiares possam apresentar dentro da mesma classe, bem como das diferenças entre as variadas situações que os integrantes das famílias

⁵ No primeiro capítulo de seu livro Daniel BERTAUX (1979) utilizou as estatísticas sobre mobilidade social na França para estabelecer a relação entre origem social e posição atual de pais e filhos propondo uma perspectiva teórica que ultrapassasse a mensuração da posição social pela profissão exercida.

vivenciaram tanto na infância como na vida adulta.

Detectamos, na pesquisa, uma convergência na forma como, na vida adulta, famílias reproduzem a si próprias e aos seus filhos dentro da classe. Entendemos que essa convergência pode se caracterizar como um tipo específico de família dentro da classe, que chamamos de Família dos Trabalhadores Universitários.

Esta forma familiar apresenta semelhanças com as famílias de funcionários (públicos) descritas por BERTAUX (1979), cujas características se estenderiam também aos segmentos executivos de nível médio, pois portam uma preocupação com a segurança no emprego e com a importância que atribuem à edificação de uma carreira profissional. A preocupação é fundada na necessidade de a família se reproduzir na mesma posição dentro da classe e para além dela, no desejo de que essa reprodução se dê um patamar acima, estabelecido por um projeto de ascensão social. Contudo, a Família dos Trabalhadores Universitários diferencia-se de outras, pela inexistência, como característica, de estatuto e plano de carreira que viabilizem melhores salários no fim da vida profissional. É o caso dos trabalhadores de algumas instituições particulares de ensino superior.

Outra característica da Família dos Trabalhadores Universitários, que nos impede de classificá-los como Família Funcionária é a ausência de estabilidade no emprego quando o vínculo empregatício é celetista, de acordo com a Consolidação das Leis Trabalhistas vigente no país. Também encontramos variação na forma como se dá a consunção antropômica no interior dessas famílias. Assemelha-se à da população proletária, já que o grupo não possui outro meio de subsistência que não seu próprio trabalho, consumindo essa família todos os seus ganhos para produzir diplomados.

Ao analisarmos as novas formas de organização familiar e, dentre elas, as famílias chefiadas por mulheres, podemos atingir o nível dos valores e dos estilos de vida interpretados como permanência material (e subjetiva) da cultura.

Na socialização do indivíduo, a família, embora perdendo influência, contribui na absorção de valores e habilidades necessários à vida em sociedade. Temos aqui a importância do conceito de “*experiência histórica*”, que é material e se manifesta por meio de um modo de vida, fazendo com que o indivíduo absorva elementos e os trate em sua consciência e cultura, elaborando a visão de mundo e orientando suas ações futuras (THOMPSON, 1981).

As modificações no espaço de vivência familiar, na modernidade, tiveram início com transformações na atividade trabalho e a separação entre o local de produção e o da reprodução. Produto da maneira como os homens organizaram suas atividades, as transformações promoveram uma partição nos cenários das relações sociais, ao mesmo tempo

em que acentuaram a perda da identificação do produtor com o produto de seu trabalho na introdução do sistema fabril, que reorganizou espacialmente os limites entre o doméstico e o laboral.

O espaço doméstico passou a ser considerado como o local das atividades que objetivam a reprodução da força de trabalho. A casa, onde vive a família, é o lugar em que se come, dorme e veste, assim como o lugar em que se reproduzem, biológica e culturalmente, novas gerações. Esta segmentação espacial contribuiu, acentuadamente, para a cristalização da divisão sexual do trabalho no mundo contemporâneo, chegando a desenhar diferentes ciclos de vida, ou diferentes experiências de convivência, como acontece nos casos de segunda união/casamento ou nascimento de netos.

Entendendo-se que a História se faz, ao mesmo tempo, nos pequenos palcos e em grandes anfiteatros, elegemos o cotidiano como o espaço da experiência da vida familiar. O cotidiano corresponde ao viver diário dos membros que integram o grupo, existência que se dá nos diferenciados e múltiplos espaços que integram a vida cotidiana. A cotidianidade revela, ao mesmo tempo, dois aspectos: heterogeneidade e organicidade, pois os redesenhados e não mais dicotômicos público/privado⁶ se articulam e interpenetram em constante movimento.

Em pesquisa anteriormente realizada, constatamos que a vida familiar não se desenvolve de maneira linear, mas circularmente pela intersecção de diferentes espaços sociais que, à época, chamamos esferas do cotidiano (RIBEIRO CAMPOS, 1993). No presente, retomamos a reflexão, substituindo o termo esfera por espaço, para permitir uma ampliação dos limites até então circunscritos.

Assim, os espaços do cotidiano são conjuntos ou espaços de vivência que, de forma contínua, são produzidos pelas diferentes ações humanas. Em constante interpenetração, são eles: a família que constitui o reduto do privado e dispõe de um espaço específico, ou seja, o espaço doméstico. Isto não significa que a família esteja confinada ao espaço do domicílio. Suas vivências compreendem o cotidiano do bairro ou, mais restritamente, a circunvizinhança reconhecível, que invade o espaço em que têm lugar muitas atividades públicas; e, de outra parte, o espaço em que se realiza o trabalho remunerado e as trocas de maior porte, que também, por sua vez, invadem o espaço privado.

A vida privada, familiar e doméstica é, no ideal alimentado por muitos, para ser vivida

⁶Maria Izilda S. de MATOS (1981) escreveu que as preocupações da historiografia questionam paradigmas mais tradicionais, entre eles as polarizações público/privado e que esses conceitos não são universais nem portadores de estabilidade. A separação público/privado foi, segundo a autora, antecedida pela distinção entre doméstico e público.

num espaço próprio, retirado da publicidade do mundo, no espaço da reprodução que é a casa. Ela varia em função da renda familiar, da situação conjugal, do número e idade dos filhos. Esse espaço possui uma conexão com o público, por meio da dependência existente em relação aos espaços do trabalho e troca de produtos; são espaços mais amplos de vivência da sociabilidade.

O segundo espaço ultrapassa os limites da casa e atinge a circunvizinhança; é um espaço mais amplo, um coletivo próximo, um espaço público de desenvolvimento da sociabilidade. Nesse espaço, os membros da família encontram bens e serviços necessários à reprodução da vida e capacidade de trabalho. O termo para designá-lo, “*pedaço*”, foi tomado de empréstimo de José G. MAGNANI (1998) e comporta dois componentes básicos, o espacial e o das relações sociais que se travam. Segundo ele,

[...] para ser do ‘pedaço’ é preciso estar situado numa particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência [...]. O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o (público), onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade [...] (MAGNANI, 1998, pp. 115-17).

No “*pedaço*”, é possível encontrar um conjunto de bens e serviços, como o telefone público, o boliche (em Campo Grande é o nome dado ao pequeno comércio que vende bebidas, alimentos não perecíveis, doces e pão), a escola, a igreja, a creche e o posto de saúde. Nele, muitas vezes, habitam as amizades mais próximas e a rede de solidariedade.

O último espaço do cotidiano familiar corresponde ao restante do urbano, local em que se executam o trabalho remunerado, as compras no comércio de grande porte, o uso de alguns espaços e equipamentos público, serviços outros. O local de trabalho é uma instância pública, que não coincide necessariamente com o exercício de autoridade política. Quando se trata de uma empresa privada, como é o caso da Universidade Católica Dom Bosco, o espaço não perde elementos de público, pois, além das interferências pela regulação das atividades desenvolvidas, o espaço público é marcado pela vivência de práticas de poder e convivência diária dos seres humanos. É público, também, por ser o local onde se forma um público no intercâmbio de experiências e trajetórias de vida.⁷

As mulheres chefes de famílias, que trabalham na UCDB, circulam diariamente em um espaço público. Elas são vistas e ouvidas por outras pessoas, num mesclar de elementos culturais e sociais e não apenas no espaço social circunscrito por uma área construída de aproximadamente 35.000 m², na qual circulam e interagem 720 funcionários e 9.000 alunos,

⁷ Sobre a caracterização do espaço público contribui, significativamente, a reflexão de Eder SADER (1988).

além dos usuários de serviços que a instituição oferece à comunidade.

Avançando na reflexão, entendemos que existe uma interpenetração dos espaços do cotidiano, e que ela se dá em dois sentidos, concomitantemente, do privado para o público e vice-versa. Na articulação dos espaços, a família torna-se um núcleo de constantes tensões e conflitos, pois as condições materiais de existência e as exigências do trabalho remunerado chocam-se com os anseios, vontades e valores dos integrantes do grupo doméstico, que se reproduz na vida familiar e dentro da classe social, já que não existe família sem inserção na estrutura de classes, ainda que se trate de não-incluídos ou excluídos.

Considerações Finais

O Patriarcado não é apenas ideologia, mas uma estrutura de poder, fundada na supremacia masculina. Como indica o próprio nome, ordena e hierarquiza a sociedade para que os homens exerçam o controle sociopolítico-econômico. Obviamente, a maioria dos homens está sujeita à dominação-exploração de outros. Todavia, na relação de gênero, a categoria social de homens detém extraordinário poder face à categoria social de mulheres, não obstante a heterogeneidade de ambas as categorias. A independência é um conceito do terreno individual; enquanto a autonomia, conceito político, situa-se no domínio do coletivo. Portanto, só se pode falar em autonomia quando se lida com as referidas categorias sociais (SAFFIOTI, 2000). O Patriarcado combina-se com o Capitalismo, concebido como sistema econômico, social e político, distante, por via de consequência, do conceito economicista que considera apenas a dimensão econômica, promove a penetração da supremacia masculina na produção material e na produção dos seres humanos que fazem a reprodução biológica e, conseqüentemente, socioeconômica.

A organização do trabalho interfere e, muitas vezes, exclui mulheres da atividade laboral, influenciando sua participação na vida da comunidade e favorecendo seu alijamento da vida, dado o poder detido por homens. Aqui, obviamente, trabalha-se no plano das categorias sociais homens e mulheres. Assim, ao invés de se produzir para o atendimento das necessidades humanas, a produção passa a comandar a reprodução. Melhor explicando, a produção de bens materiais controla a reprodução da força de trabalho. Não podemos esquecer que a reprodução da força de trabalho é um processo de produção antropológica, que envolve também dispêndio de energias de quem produz as condições de reprodução (das energias) no espaço doméstico, ou seja, de mulheres. Como seres humanos, elas alienam-se da realidade produzida, pois, segundo a reflexão lukácsiana (1981), a realidade reproduzida na

consciência é a reprodução de uma nova objetivação/subjetivação, algo que não é idêntico ao que existia anteriormente.

Por esta razão, as reproduções não podem ser cópias da realidade existente, já que, além de serem sociais, existe o seu reflexo na consciência. As reproduções determinadas pelo trabalho comportam a dualidade formada pela realidade e seu reflexo e permitem a reprodução na classe no mesmo nível ou em outro mais alto. É dessa forma que as famílias chefiadas por mulheres, enquanto famílias de classe, se reproduzem antroponomicamente.

No capitalismo a produção da vida se faz, também, com novas práticas de consumo que, por sua vez, modificaram a vida das pessoas. Um exemplo disso foi a popularização e a expansão dos eletrodomésticos e outros produtos que, no espaço doméstico, alteraram as práticas diárias de reprodução da vida. A utilização do tempo gasto com trabalho doméstico é elástico e, muitas vezes, quando liberado, pode ser usado para fazer mais trabalho doméstico, ou para reduzir o tamanho da segunda jornada de trabalho na vida das chefes de família.

A cronologia, forma de medição do transcurso do tempo, é um elemento abstrato capaz de interferir nas relações humanas. O tempo cronológico é socializado, marca os acontecimentos e promove a interligação entre os diversos espaços do cotidiano na medida em que a execução de atividades se faz no transcurso das horas e dos dias. Esse tempo difere do tempo físico, que é linear e uniforme, medido por elementos externos, que podem variar nas diferentes sociedades, pois o psíquico é desdobrado em diversas instâncias, quer pela valorização do inconsciente, quer pelo privilegiar do instante ou pela descontinuidade dos processos mentais.

Dessa forma, dimensionar o passado e separá-lo do presente implica a identificação do transcurso do tempo e a associação entre os vários componentes da narrativa, pois o tempo não é natural para as pessoas e, mesmo no interior da vida familiar, é imposto pela cadência e ritmo presentes nos espaços exteriores, podendo ser adaptado ou manipulado nas atividades que o ser humano executa.

A chefe de família elabora uma utilização própria de seu tempo. Isso pode significar forma de resistência ao acelerar ou retardar a execução das tarefas. O tempo é importante componente no entrecruzamento dos espaços do cotidiano, pois, as imposições do espaço público, sobretudo do capital, ordenam e reorganizam o espaço doméstico e a circulação no público reconhecível, que é a circunvizinhança.

As transformações produzidas pelo capitalismo acabaram por impactar o modo de vida dos indivíduos. Configurou-se, portanto, uma nova forma de experienciar valores, sentimentos, ideias e desejos. É a realidade material que também se transforma na produção e

reprodução da vida nos últimos anos do século XX.

Referências

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Sociedade*. In: MARTINS, José de Souza; FORACCHI, Marialice M. **Sociologia e sociedade**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1981.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1985.

BARROS, Myriam Lins. **Autoridade & Afeto: Avós, filhos e netos na família brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BASTOS, Maria D. F. **Mulheres chefes de família: Condições de vida e representações sociais**. Tese (Doutoramento). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1989.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

CABRAL, Paulo Eduardo. **Formação étnica e demográfica. In: Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz, 1999.

CARVALHO, Luiza. *Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida*. In: **Revista Serviço e Sociedade**. 57: 74-98, São Paulo: Cortez, nov.1998.

CUNHA, Tânia R. A. **A mulher chefe de família: Dona-de-casa ou dona-da-casa**. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1999. (texto não publicado).

FEYRABEND, Paul. **Contra o método**. 3 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais*. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações sociais**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Barcelona: Crítica, 1990.

LUKÁCS, György. **O trabalho. In: Per L'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981. Tradução de Ivo Tonet. (texto não publicado).

MAGNANI, José G. **Festa no pedaço**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Na trama urbana: Do público, do privado e do íntimo*. In: **Projeto História 13**. São Paulo: PUC-SP, 1981, p. 129-149.

MINAYO, Maria Cecília de S. *O conceito de Representações sociais dentro da sociologia clássica*. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em**

Representações sociais. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MITCHELL, Juliet. *Women: the longest revolution.* In: **New Left Review.** Londres, nov.dez.1966. v.40.

RIBEIRO CAMPOS, Dolores Pereira. **Mulher e família na trajetória dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo-1970/1980.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1993. Dissertação (Mestrado). (texto não publicado).

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Gênero e patriarcado.** São Paulo, 2000. (texto não publicado).

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.